

UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE POLÍTICA ECONÔMICA

Luiz Carlos Bresser Pereira

Normalmente, os economistas da oposição são criticados por contestarem a política econômica atual e não apresentarem propostas que formalizem planos de governo. Essa formalização, no entanto, é tarefa do próprio governo; o que se deve esperar da oposição são idéias básicas, diretrizes e isso, efetivamente, ela apresenta. É neste sentido que se faz, aqui, uma proposta alternativa de política econômica.

Alguns pressupostos sobre a economia e a sociedade brasileira se fazem necessários na medida em que talvez auxiliem a compreensão do que, em seguida, será exposto.

Creio que o primeiro passo seja definir qual o principal problema da economia brasileira. Normalmente, quando as autoridades econômicas listam nossos principais problemas econômicos, lembram da inflação, do desequilíbrio externo. Só recentemente foi adicionada a essa lista a questão do desequilíbrio financeiro interno, o desequilíbrio orçamentário.

Durante vários anos, o Brasil já vinha com o orçamento completamente desequilibrado, mas as publicações oficiais o apresentavam sempre com saldo (vide a última proposta orçamentária apresentada pelo ex-ministro Reis Veloso). O que acontecia era que uma grande parte das despesas do estado, especialmente um grande volume de subsídios, não eram computados no orçamento. Agora, as autoridades assumiram o desequilíbrio de nosso orçamento federal, o fato de que nossas despesas são muito maiores que nossas receitas.

---

FONTE: Trabalho elaborado pelo Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira. Conferência pronunciada em Curitiba, em outubro de 1979. Agradeço a Elizabeth Rudge Ramos pelo trabalho de transição e edição desta conferência.

Revisado por Nilza Vieira M. do Prado (revisora da EAESP)

Este material é de uso exclusivo e interno da Escola.

(E-509)

Entretanto, não me parece que sejam esses os problemas fundamentais da economia brasileira. Sem negar sua importância, creio que nosso problema maior seja a concentração de renda.

Há alguns anos, um outro problema era tido como o principal: o do subdesenvolvimento. Assim, o objetivo fundamental seria acelerar as taxas de crescimento econômico do Brasil, seria aumentar a taxa de acumulação de capital do País, ou seja, tornar maior a relação entre investimentos e renda.

É claro que esse problema continua sendo relevante, mas a questão realmente fundamental é a da distribuição de renda.

O nível da produção brasileira já é suficientemente alto para admitirmos que uma enorme porcentagem de nosso povo passe fome ou que 30% de nossas crianças sejam subnutridas. Logo, existe dentro do chamado modelo de desenvolvimento brasileiro uma lógica de exploração e de concentração de renda, uma lógica pela qual essa economia tem revelado altos índices de crescimento econômico. O Brasil é um dos países que, em termos de renda global, mais cresceu nos últimos trinta anos e, no entanto, esse crescimento significou fundamentalmente um aumento do excedente que se concentrou nas mãos da classe capitalista e da emergente classe tecnoburocrática, especialmente da alta tecnoburocracia.

Assim, os trabalhadores urbanos e particularmente os trabalhadores rurais foram quase completamente excluídos de qualquer benefício do processo. A produtividade aumentava; com isso, aumentava o excedente econômico, ou seja, a produção que excede o consumo necessário dos trabalhadores, e esse excedente era utilizado como lucros dos capitalistas ou ordenados da alta tecnoburocracia.

Formou-se, portanto, uma lógica de concentração de renda e de exploração que está baseada em uma idéia muito simples apresentada pela teoria econômica clássica: no sistema capitalista, os salários tendem a corresponder ao custo de reprodução da mão-de-obra, ou seja, os salários tendem a ser simplesmente o necessário para que os trabalhadores sobrevivam e se reproduzam.

É fato que isso não é necessariamente verdade posto que, a partir da segunda metade do século XIX, tanto nos países capitalistas europeus quanto nos Estados Unidos, os salários começaram a crescer

acima do nível de subsistência, acima do custo de reprodução da mão-de-obra. Mas isto aconteceu porque, apesar de o sistema capitalista continuar considerando a força de trabalho como uma mercadoria, surgiu uma força contrária, materializada nos trabalhadores organizados em sindicatos, que iniciou um processo de reivindicação e questionamento da idéia de o trabalho ser uma mercadoria como qualquer outra. Realmente, o que se verifica nos últimos 100 anos, portanto, é que nos países capitalistas centrais a taxa de salários passou a crescer aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade. Desta forma, vemos os ganhos de produtividade, os frutos do progresso técnico e da acumulação de capital implicam, também, em elevação de salário para os trabalhadores. No Brasil, isso ainda não aconteceu. O que podemos observar em nosso país é, sistematicamente, a apropriação de todo o excedente por parte da burguesia e da alta tecnoburocracia. Este excedente tem sido utilizado para a acumulação de capital, o que é natural no sistema capitalista, e para o consumo de luxo, que é verdadeiramente ostentatório.

Dentro desse quadro, portanto, o problema fundamental da economia brasileira, amplamente denunciado no início dos anos 70, é o da concentração de renda, exigindo que se inicie um processo paulatino, mas firme, de aumento relativo de salários e redução de lucros, juros e aluguéis.

O desenvolvimento econômico, que é o outro grande objetivo da economia brasileira, parece hoje ter uma problemática menos aguda. Vamos pensá-lo em termos de oferta e demanda porque tal dicotomia poderá ser um instrumento de análise adequado.

Com respeito à oferta, o crescimento da produção de um país depende de algumas variáveis fundamentais: taxa de acumulação de capital e taxa de absorção de progresso técnico, sendo esta última não mensurável. Considerando-se que, no Brasil, a taxa de acumulação de capital é de 22% a 23% em relação à renda e admitindo-se que contamos com uma tecnologia desenvolvida nos países centrais relativamente barata e abundante, podemos ter certa tranquilidade quanto a elevadas taxas de crescimento econômico. É verdade que nem sempre a tecnologia que incorporamos está adaptada às nossas necessidades. Por outro lado, os países centrais evitam, sob todas as formas, transferir tecnologia para os países subdesenvolvidos.

Mas não há dúvida de que nessa área o Brasil conta com vantagens bastante grandes em virtude do custo relativamente baixo da incorporação de progresso técnico à sua produção, e à capacidade empresarial e técnica de que já dispomos para realizar essa incorporação. Isto vem aumentar a eficiência do capital que está sendo investido e permitir que demos saltos tecnológicos. O problema do lado da produção mais grave é o de energia: o petróleo teve seu preço violentamente encarecido e nós ainda não o encontramos em nosso subsolo.

Mas existe um outro fator de extrema importância para o crescimento da renda nacional, qual seja, a demanda. Keynes e Kalecki mostraram que, ao contrário do que afirma a lei de Say, a oferta não cria automaticamente sua própria demanda, para toda uma série de fatores. A demanda depende, de um lado, da taxa de acumulação efetiva e, de outro, da capacidade de consumo da população, sendo que estes dois elementos dependem fundamentalmente da política econômica, que pode atuar de forma a estimular ou não a demanda agregada. À primeira vista, parece claro que a tendência natural do governo seja fomentar a demanda agregada, a taxa de acumulação, incentivando, assim, toda a economia e proporcionando um aumento da taxa de lucro. No entanto, o estímulo à demanda agregada pode, segundo a teoria econômica ortodoxa, agravar os problemas de inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos. Esta idéia faz com que as autoridades econômicas decidam geralmente pela política inversa. Conter a demanda agregada significa não apenas limitar os lucros e o investimento, mas também limitar os salários e o consumo. As políticas de curto prazo tendem a limitar ambos, mas as políticas salariais restritivas, enquadradas na lógica de governos colocados a serviço da acumulação capitalista, visam fundamentalmente a limitar o consumo dos trabalhadores, garantindo maior taxa de acumulação e de consumo para os capitalistas. Nestes termos, a alta concentração de renda do Brasil rebaixa gravemente o poder de consumo dos trabalhadores, deixando em crise crônica os setores de produção de bens agrícolas e bens de consumo dos assalariados, que crescem a taxas iguais ou inferiores a do crescimento da população. O que ocorre é, exatamente, uma insuficiência de demanda.

Isto fica bastante claro quando observamos a agricultura brasileira. Não parece razoável pensar que o maior problema de nossa agri

cultura seja a falta de crédito - constata-se a abundância de crédito subsidiado - ou de estradas ou mesmo de armazenagem, que é uma questão difícil, mas não fundamental. O que realmente emperrou nosso desenvolvimento agrícola é a falta de demanda efetiva criada pelo alto grau de concentração da renda. O mesmo acontece com os bens de consumo dos assalariados.

Complementando este modelo, há a lógica perversa da exportação: resolveríamos nossos problemas exportando os excedentes agrícolas e de bens de salários e importando insumos básicos e bens de capital. Mas esta estratégia traz consigo claros limites ligados à demanda da externa por nossos produtos. Dadas as dificuldades dos países importadores centrais, que hoje também atravessam grave crise, e a concorrência que nossos produtos de exportação enfrentam, é uma ilusão imaginar que na exportação e não no mercado interno reside a solução dos problemas agrícolas brasileiros. Apesar disso, o modelo exportador se concretiza e, desta forma compatibilizamos ou imaginamos compatibilizar um processo de concentração de renda com um processo de demanda agregada sustentada. De fato, a renda se concentra, mas a demanda é absolutamente insuficiente.

Em síntese, o problema fundamental da economia brasileira é o da concentração de renda. O desenvolvimento econômico, o aumento da produção enfrentam dificuldades do lado da oferta, mas estas são mais graves em relação à demanda. A insuficiência de demanda efetiva está intimamente ligada à concentração de renda. É certo que muitos economistas, por sua vez, inclusive alguns que se pretendem marxistas, recusam esta visão, que classificam de subconsumistas. Os problemas de insuficiência de demanda, quando houvesse, seriam exclusivamente conjunturais, relacionados com a taxa de acumulação corrente. Não é esta a hora de criticar esta previsão, sem dúvida de extração clássica (lei de Say) e também neoclássica, mas que nada tem a ver com Marx. Os problemas de insuficiência da demanda são não apenas conjunturais, mas também estruturais nos quadros da acumulação capitalista.

Até aqui, estivemos vendo alguns pressupostos de ordem econômica. Passaremos, agora, a fazer algumas considerações sobre a estrutura social que há no Brasil, hoje.

Obviamente esta sociedade pode ser definida como capitalista, mas uma classificação mais precisa vai além disso. O que temos no

(E-509)

Brasil é um capitalismo de estado, ou seja, uma sociedade em que o estado participa, regulando a economia e produzindo. Chega a ser responsável por quase 50% da produção nacional e 60% da acumulação de capital, em cada ano. Além disso, o estado interfere no processo decisório interno das próprias empresas - isto fica claro quando vemos os mecanismos administrativos de preço utilizados no controle à inflação. Esta sua atitude é inevitável na medida em que temos uma economia capitalista fortemente oligopolizada, ou mesmo cartelizada. Um outro nome que podemos utilizar para classificar nossa economia é capitalismo tecnoburocrático, que expressa o mesmo conteúdo de capitalismo de estado, mas enfatiza a existência e importância de uma terceira classe social, essencialmente distinta das duas classes específicas do modo capitalista de produção - burguesia (pequena, média e alta) e trabalhadores - , qual seja, a classe dos tecnoburocratas.

Diferentemente dos trabalhadores manuais que recebem salários correspondentes ao custo de reprodução da mão-de-obra e da burguesia que possui os meios de produção, os tecnoburocratas trabalham como administradores, técnicos, engenheiros ou economistas nas grandes organizações burocráticas públicas e privadas recebendo ordenados. Esta classe assume uma importância ainda maior em virtude da sua participação direta no sistema de poder, através dos militares.

Para que possamos partir para a proposta de política econômica propriamente dita, resta fazer algumas observações acerca da atual situação política do Brasil.

Podemos dizer que esse país vive efetivamente mais uma crise política do que econômica. É verdade que a economia brasileira padece de certos problemas imediatos - inflação, desequilíbrio financeiro, endividamento externo - mas não estamos vivendo nenhum processo de depressão já que as taxas de crescimento econômico não são negativas. O que tivemos nos últimos 5 anos foi uma relativa desaceleração econômica. Entretanto, no plano político, há definitivamente uma crise que se desencadeou a partir de novembro de 1974 quando o partido do governo sofreu uma clara derrota nas urnas tendo, aproximadamente, 5 milhões de votos a menos que o partido oposicionista. A partir desse momento, iniciou-se um processo de crise de legitimidade do governo, agravada pela desacelera-

ção econômica, que mostrou, especialmente à média burguesia, que a alta tecnoburocracia civil e militar que tutelava o governo já não mais lhe servia. Os primeiros sintomas de crise foram a campanha contra a estatização, a partir de 1975, e depois, em 1977, a campanha feita pela própria burguesia a favor da abertura política, que resultou na extinção do AI-5 e na relativa democratização do país. O que caracterizou esta crise política foi a fenda, a cisão aberta no bloco de poder formado pela burguesia, tecnoburocracia e empresas multinacionais. Este bloco fora, desde 1964, coeso, fechado, e impedira, das mais variadas formas, a participação de trabalhadores, estudantes e das esquerdas em geral no poder.

O Brasil assiste hoje a todo um rearranjo de forças políticas e, nesse processo, a abertura de espaço para as reivindicações dos trabalhadores fez renascer o movimento sindical, que começa a se libertar das amarras que lhes foram impostas pelo autoritarismo. É importante, no entanto, observar que quando a burguesia entrou na luta pela abertura política tinha plena consciência dos problemas de ordem social que deveriam surgir mas sabia, também, que esses distúrbios eram perfeitamente controláveis e que não se constituíam numa ameaça básica ao sistema capitalista do Brasil.

É dentro desse quadro que se faz necessário pensar numa política econômica alternativa para o Brasil. Essa política alternativa deve começar por atacar o mal maior de nossa economia que é a distribuição extremamente desigual da renda, se não por um mínimo sentido de responsabilidade social, ao menos pela vontade das camadas dirigentes de permanecer no poder. A estratégia para esse combate envolve uma série de medidas indiretas de extrema importância, a partir de uma profunda reformulação na política tributária.

As funções de arrecadação de receitas e realização de despesas do estado merecem atenções especiais. É preciso que se corrija o caráter extremamente regressivo do sistema tributário brasileiro, que se baseia fundamentalmente em impostos indiretos que gravam indistintamente os bens; temos o exemplo claro do ICM que é fortemente regressivo, do IPI que tem essa característica um pouco menos acentuada dada a existência de algumas alíquotas diferenciadas, e do IR, que seria o imposto progressivo por natureza, sendo distorcido não só pela sonegação, mas também por todo o sistema oficial

(E-509)

de incentivos. Além destes aspectos, é realmente inconcebível que não sejam tributados os ganhos de capital e herança.

Mas outro fator importante, e que não costuma ser muito examinado, é a despesa do estado. Observa-se que esta despesa é feita, basicamente, em função da elevação da taxa de acumulação de capital e em função do consumo indireto. Todo o processo de estatização, que a burguesia tão indignadamente denunciou há alguns anos atrás, foi feito, sem dúvida nenhuma, em favor do aumento da taxa de acumulação privada neste país. Com relação ao consumo indireto, o que se vê é que a maior parte dos gastos do estado beneficia, fundamentalmente, as classes dominantes. Os números mostram que as despesas básicas com saúde e educação vêm diminuindo de forma brutal nos últimos anos; os beneficiamentos de água, luz, esgoto, telefones, transportes concentram-se nos bairros ricos das cidades, ficando os subúrbios em geral desprovidos de condições mínimas de vida. Não se pode, também, ficar adiando a solução do problema da habitação popular no Brasil. O que se faz necessária é, pois, uma política que reformule as prioridades em termos de despesa do estado, que dê mais atenção aos setores de habitação, saneamento e educação.

Por outro lado, é necessário diminuir os gastos com subsídios. Subsídios à exportação, à agricultura trazem profundas distorções no mercado. Sendo esses subsídios creditícios baseados em uma taxa de juros pré-fixada e muito baixa, quanto maior for a inflação mais se beneficia quem recebe subsídio. Esse tipo de subsídio é inflacionário, não apenas porque desequilibra o orçamento do estado, mas também porque estimula os capitalistas a aumentar preços e assim a ganhar com a inflação.

Ainda dentro da política de redistribuição de renda, além da despesa do estado, é preciso atacar o ponto fundamental: a política salarial. Os salários devem aumentar pelo menos à mesma taxa de aumento de produtividade, sendo que esta taxa deve corresponder ao aumento da renda per capita. O justo, realmente, seria que os aumentos de salários excedessem o aumento do custo de vida mais o aumento da produtividade, na tentativa de repor parte do que lhes foi negado nestes últimos 20 anos. Digo 20 anos já que o processo de concentração de renda se iniciou por volta de 1958 tendo, no período pós Revolução, alguns momentos de grande aceleração (1964-1967 e até 1974).



(E-509)

No entanto, esta medida de política salarial encontra sempre a barreira do argumento de que o aumento de salário é inflacionário. Esta alegação não é pertinente, se os salários aumentarem na medida exata que repõe a perda do poder aquisitivo e que distribua os ganhos de produtividade. Ou seja, se os salários crescerem em termos reais 4% ao ano (o aumento de produtividade no Brasil tem sido de aproximadamente 4% ao ano), não haverá nenhuma consequência de caráter inflacionário. O argumento, tão utilizado pelas autoridades econômicas, só é verdadeiro se o aumento dos salários comprometer a taxa de lucro das empresas capitalistas, isto é, se em termos reais o aumento de salário superar o aumento da produtividade. Aí, sim, a medida será inflacionária porque as empresas vão imediatamente repassar, via aumento de seus preços, para o consumidor, o aumento dos salários, a fim de evitar que caiam suas taxas de lucro.

Mas a minha proposta é que os salários cresçam mais do que cresce a produtividade e que, efetivamente, se reduzam as taxas de lucro, impedindo-se, por outro lado, que se agrave o problema da inflação. Isso parece razoável quando se observam as exorbitantes taxas de lucro das empresas brasileiras. Enquanto nos países desenvolvidos encontramos taxas em torno de 10% ao ano, no Brasil o objetivo das empresas é ter lucratividade de 20 - 30% ao ano. Portanto, se os salários aumentassem e os lucros fossem reduzidos, poderia não haver nenhuma consequência inflacionária, desde que os capitalistas fossem obrigados, através de meios administrativos, via controle de preços, a aceitar uma taxa de lucro mais razoável.

Neste ponto, é preciso fazer algumas qualificações já que a renda de economia brasileira não se divide exclusivamente entre salários e lucros mas, sim, entre salários e excedente econômico, sendo que este último se subdivide em lucro dos capitalistas inativos ou rentistas, lucros dos capitalistas ativos ou empresários e ordenados de técnicos de nível médio.

Geralmente, nos países mais desenvolvidos, a taxa de juros que os rentistas recebem nas suas aplicações é igual ou inferior à taxa de inflação existente neste país, o que faz com que a taxa de juros real seja negativa ou próxima de zero. Já no Brasil, as taxas de juros são fortemente positivas. Logo, seria possível reduzi-las. O mesmo poderia ser feito com as taxas de aluguel que, desde 1964, são altíssimas tanto para os imóveis quanto para a terra.

(E-509)

Seria igualmente importante que os altos ordenados pagos pelas empresas e pelo estado à tecnoburocracia fossem contidos, assim como o lucro dos empresários. No entanto, considerando a importância da taxa de acumulação no processo de desenvolvimento de uma economia capitalista, diminuir os lucros dos empresários deve ser a última medida a ser tomada. O sacrifício da taxa de acumulação privada deve ser o menor possível. O estímulo para investir pode se dar mesmo com taxas de lucro inferiores a 20% a.a., mas é necessário que elas estejam claramente acima das taxas de juros. Não se pode esquecer a estreita relação que há entre taxas de lucro e juros. Se esta é fundamentalmente a parcela que os capitalistas ativos pagam aos capitalistas inativos pelo empréstimo de dinheiro, ou seja, se a taxa de juros é a forma através da qual os capitalistas ativos cedem parte da mais-valia que recebem para os capitalistas inativos, então ela tem necessariamente que ser inferior à taxa de lucro. Logo, o fato de serem altas as taxas de lucos força para cima as taxas de juros e também os aluguéis.

Desta forma, o combate à inflação e a simultânea distribuição da renda exigem um aumento de salários e, em compensação, redução dos aluguéis, ordenados, juros e, em menor grau, redução dos lucros dos empresários.

Mas a questão do desenvolvimento econômico não envolve apenas problemas distributivos; é fundamental que sejam redefinidas as prioridades no processo de produção de uma forma coerente com a distribuição de renda proposta. É preciso que o enfoque se desloque das indústrias de bens duráveis de consumo e de bens de capital para a indústria de bens de salário e para a agricultura. Este deslocamento tem que se dar em função da atenção exclusiva por 10 anos dispensada aos bens de consumo de luxo e aos bens de capital, e aos problemas que estas indústrias hoje enfrentam de capacidade ociosa, em virtude da desaceleração econômica. Esta redefinição do perfil dos investimentos é absolutamente fundamental. Paralelamente, alguns setores específicos merecem uma atenção especial como, por exemplo, a indústria siderúrgica, petroquímica, a área dos insumos básicos em geral. Outra questão de alta prioridade é o problema da energia, que deve ver incentivados os projetos alternativos tecnologicamente viáveis.

Privilegiar os bens de consumo dos trabalhadores e os serviços públicos básicos, transporte coletivo urbano e saneamento básico, por exemplo, significa compatibilizar oferta e demanda agregada. Se, nos últimos 30 anos, esta compatibilização foi feita concentrando renda, já que a produção era de bens de luxo para serem consumidos pela classe dominante, agora é preciso produzir bens de consumo básico que possam compatibilizar-se com o necessário processo de distribuição de renda.

Permeando todas estas questões existe uma luta árdua: produzir uma tecnologia local. Isto implica fundamentalmente em transferir tecnologia estrangeira para cá, apesar de toda a resistência das multinacionais. Mas esta transferência precisa ser feita de forma total, completa e não como vem sendo feito até agora, onde o sistema tecnológico propriamente dito fica fora do Brasil. O que precisamos é dominá-lo, e não desenvolvê-lo desde o início. Há uma imensa massa de conhecimento que está disponível e que pode ser comprada ou apropriada se tivermos inteligência, habilidade e determinação para fazê-lo. Esta é, por exemplo, a experiência do Japão, da Alemanha e da Rússia que definitivamente copiaram, ao invés de desenvolverem tecnologia original.

Diante de tudo que foi colocado, a questão da política comercial está parcialmente encaminhada. O endividamento externo que o Brasil conhece hoje foi realizado, infelizmente, com o objetivo de sustentar a indústria de bens de consumo de luxo suprindo-a de bens de capital e insumos básicos. O significado de uma política desta natureza é semelhante a importar bens de luxo prontos. A proposta de enfatizar o setor produtor de bens de salário e bens agrícolas rebaixa automaticamente o coeficiente de importações já que tais bens são bastante simples e independem relativamente de técnicas e insumos importados. Os produtos agrícolas, por exemplo, implicam num determinado grau de importações que pode ser diminuído, nosso estágio de pesquisa agrícola tropical permite que desenvolvamos técnicas que minimizem a necessidade de fertilizantes importados.

Desta forma, então, a primeira medida fundamental à resolução do problema do desequilíbrio da balança comercial brasileira é encaminhar um projeto sério de desconcentração de renda e produção de bens de consumo dos trabalhadores. Em seguida, é preciso continuar o processo de substituição de importações e de estímulo às exportações.

(E-509)

É essencial que haja uma adequada remuneração dos produtos exportados e para tanto seria correta uma política de desvalorização do cruzeiro. No entanto, o cruzeiro se encontra valorizado e todos sabem disso. A razão de se manter esta situação está no fato de que esta valorização da moeda pode ser compensada nas exportações de produtos manufaturados, por subsídios. Já em relação às exportações de produtos agrícolas não há tanta necessidade de uma taxa de câmbio mais favorável. Se formos analisar este aspecto na história do Brasil, encontraremos constantemente uma taxa de câmbio valorizada. Esta tradição se manteve graças à boa rentabilidade dos produtos agrícolas brasileiros, mesmo com o cruzeiro valorizado. A alternativa de desvalorizar a moeda teria de vir acompanhada de uma série de cotas de contribuição ou impostos sobre os exportadores, e estes sistematicamente protestaram e impediram que fossem onerados. A questão é politicamente complicada; o protesto dos agricultores sempre foi violento e difuso, fazendo com que o governo preferisse manter a moeda valorizada.

No entanto, a situação hoje é diferente. O Brasil já não é mais o país primário-exportador de antes. A participação dos produtos industrializados em nossa pauta de exportações cresceu extraordinariamente, fazendo com que estas exportações não possam mais sobreviver à base de subsídios sem provocar excessivas distorções no mercado. Com isso, uma desvalorização do cruzeiro se torna necessária, mas terá que ser acompanhada por impostos sobre a exportação de produtos agrícolas exageradamente rentáveis. Estas medidas implicarão certamente em ônus político para o governo. Além disso, deverá ser complementada por um rígido controle de preços a fim de impedir que as empresas oligopolistas transfiram, inclusive antecipada e arbitrariamente, aumentos de custos dos bens (insumos) importados para os preços.

Finalmente, em relação ao problema da inflação, é preciso saber sobre quem recairá o prejuízo maior. No passado foram os trabalhadores que tiveram seus salários violentamente arrojados - paga mais quem pode menos. Esta é a lei do mais forte. Não é realista pensar que os sacrifícios possam ser distribuídos igualmente pela sociedade. No entanto, tudo indica que politicamente é inviável recorrer novamente ao arrocho salarial. O sistema de correlação de forças alterou-se e os trabalhadores, pelo menos os urbanos, adquiriram poder de barganha. Com isso, nem os trabalhadores

estão dispostos a "pagar a conta da inflação", nem o governo se sente à vontade para pressionar neste sentido. Os trabalhadores efetivamente conquistaram dois poderes: o sindical e o do voto.

A alternativa então seria que o peso maior do combate à inflação recaísse sobre os juros, lucros e aluguéis. Mas o problema está no fato de o governo não ter poder para forçar isso. O estado hoje é economicamente poderoso, tem vastos mecanismos de regulamentação da economia e é responsável por grande parte da acumulação de capital, mas só isso não é suficiente, ele precisa ter legitimidade política, ou seja, apoio da sociedade civil. Sociedade civil é a população ponderada pelos respectivos poderes de seus grupos. Como o peso da burguesia e da alta tecnoburocracia é bem maior que o dos trabalhadores, a sociedade civil é fundamentalmente constituída pelas classes dominantes, embora seja crescentemente influenciada pelos trabalhadores. É do apoio da sociedade civil que o governo precisa para poder formular uma política de combate à inflação. Tal política encontra-se ameaçada pela crise da legitimidade ou representatividade que vive o governo nos últimos 4 ou 5 anos.

O Ministro Delfim Neto, recentemente empossado, parece tentar uma política econômica baseada no pressuposto de que vivemos hoje fundamentalmente uma inflação de custos, baseada em preços administrados por cartéis, recorrendo então a um controle administrativo dos preços. Isto é correto, mas é preciso verificar se ele terá suficiente determinação e poder para levar adiante uma política de controle administrativo dos preços, ao mesmo tempo em que mantém sustentados a demanda agregada e o nível do emprego. A primeira responsabilidade da política econômica é garantir o nível de emprego, recusando as eternas propostas neoclássicas de caminhar em direção à recessão. Inclusive porque não é assim que se combate a inflação em uma economia oligoplizada e em desaceleração.

Por outro lado, o essencial é o que chamo de uma política de rendas - uma política de combate à inflação e de reequilíbrio das nossas contas externas que passe por uma melhor distribuição de renda. Tentei delinear as bases dessa política nesta conferência. Até o momento, o governo não teve interesse, dados seus compromissos com a classe capitalista, nem coragem, dada sua falta de legitimidade. É precisamente por isso que nos encontramos num impasse econômico que, no fundo, é um impasse político.